

# O POVOAMENTO DO CARIRI CEARENSE

TH. POMPEU SOBRINHO

O povoamento do atual território do Ceará não foi uma consequência imediata da defecção holandesa. Esta possibilitou a expansão da criação de gado nos sertões nordestinos, dando lugar a ocupação de vastos tratos destes ásperos rincões na Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Este processo foi lento e crivado de peripécias muitas vêzes dramáticas. Quando atingiu o vale dos Cariris-Novos, em geral, já ninguém se lembrava mais das lutas holandesas que apenas, esporadicamente, davam lugar à criação de lendas.

Desde alguns anos, propectos estudiosos dos nossos fastos discutem alguns pontos interessantes do povoamento colonial do Cariri cearense: — a data em que teriam, inicialmente, penetrado no vale os primeiros colonizadores, bem como a sua origem ou proveniência.

O povoamento do Ceará começou com gente vinda do leste nordestino. Os pretendentes à exploração do território entravam por diversos caminhos, que se podem assinalar na linha fronteira do levente; chegavam do Rio Grande do Norte, da Paraíba e principalmente de Pernambuco.

A mais antiga estrada que conduzia às plagas cearenses era a do litoral, teatro de notáveis e dramáticos acontecimentos. Apesar de muito distante, este caminho não é de desprezível influência no povoamento do alto Jaguaribe, vale do Cariri ou cabeceiras do rio Salgado, como julgam alguns historiógrafos. Abria-se outra estrada de bem menor importância ao sul da terra do Apodi, e ganhava o vale do rio Figueiredo. A terceira porta é a do Umari, na altura do baixo vale do rio Salgado; os imigrantes vinham diretamente do Rio do Peixe, na Paraíba. A sua valia no povoamento deste rio não pode ser desprezível. Finalmente, há a considerar outras estradas através da fronteira da Paraíba e mais ao sul da de Pernambuco, palmilhadas por advenas do São Francisco, da Bahia, de Pernambuco e até mesmo, embora raramente, da Paraíba. A primeira sobretudo e em seguida estas últimas são as que mais diretamente interessam o povoamento colonial do Cariri.

Algumas destas estradas do meio dia teriam passado por Vila-Bela que fica à margem do rio Pajeú, por cujo vale subiam os agenciadores e perseguidores de índios do São Francisco. Partindo

desta antiga fazenda, um caminho ia a Belmonte, e pelo vale do rio S. Cristóvão alcançava uma garganta na extrema do Ceará, cuja altitude se conhece atualmente: 550 metros. Dali chegava ao riacho dos Porcos (Macapá, hoje Jati). Do Pajeú, os desbravadores dirigiam-se para a bacia do Piranha, ao norte, no alto sertão da Paraíba. Entre 1690/95 já ali havia estado Domingos Jorge Velho, estabelecido no Piancó, com um considerável trôço de homens de armas, provavelmente vindo do Piauí, volteando, ao que parece, pelo São Francisco.

É possível que Jorge Velho, audaz sertanista, tenha obtido informações do vale do Cariri, ou mais particularmente das terras do riacho dos Porcos, dali distante cerca de 120 quilômetros. Por engano, Joaquim Alves registra apenas 30.

Presume-se, com bons fundamentos, que do alto Piranhas, pouco mais tarde, um caminho se dirigisse diretamente para o riacho dos Porcos pelo lugar que depois se chamou Conceição. Devia passar ao sul da serra do Cachorro-Morto, alcançava aquêlo riacho e daí atingia o vale do Batateira.

Um dos vales secundários do São Francisco, por onde também os bandeirantes subiam para o norte, é o do riacho Terra-Nova, em cujas cabeceiras está o velho lugar Salgueiro. Por ali passava uma antiga estrada para o Podimirim (trecho meridional do Riacho dos Porcos). Galgava a fronteira cearense, numa garganta com altitude de 480 metros e dirigia-se pelo pequeno vale do riacho Oitis para Macapá, e daí, subindo o riacho dos Porcos, alcançava a serra do Araripe.

Todos êstes caminhos concorreram para o povoamento secundário do Cariri, no começo do século XVIII.

Parece que, realmente no último quartel do século anterior, bandeirantes que devassavam os sertões ocidentais de Pernambuco haviam alcançado as escarpas meridionais da serra do Araripe; no lugar Exu (velho), deixaram vestígios da sua passagem. Teriam ali chegado subindo o riacho da Brígida. Mas não há notícia positiva que tenham transposto a chapada para atingir, do outro lado, o vale do Cariri. As suposições de Joaquim Alves (em seu belo trabalho O VALE DO CARIRI) não se sustentam neste ponto.

O certo é que, nas últimas décadas do século XVII, os perseguidores de índios do São Francisco que invadiram os altos sertões da Paraíba e Pernambuco, em missão, mais de guerra que de colonização, e sem dúvida também os bandeirantes paraibanos (Oliveira Lêdo e Soares), não chegaram ao sul do Ceará. Êles ou os seus cabos, nas suas apressadas excursões ou batidas aos índios aproximaram-se muito das fronteiras do Ceará ao sul e a sudoeste. Êstes pioneiros do desbravamento ocidental da Paraíba — e das terras pernambucanas nas

cabeceiras dos afluentes setentrionais do médio S. Francisco não se fixaram às terras violentamente conquistadas aos indígenas, salvo possivelmente, casos raros, em lugares defensáveis ou que assim julgassem ser. As concessões de sesmarias no fim do XVII século, confirmam plenamente o asserto.

Entretanto, os conquistadores colhiam informações mais ou menos seguras das terras da bacia do rio Salgado, no S—W do Ceará; e, certamente, divulgavam alhures as impressionantes condições físicas, a fertilidade do solo, a abundância da água no verão e outras vantagens destas paragens privilegiadas. Sabia-se que, então, o rio Salgado levava perenemente um bom contingente líquido ao Jaguaribe, fazendo-o defluir até uma grande distância, naturalmente variável com a pluviosidade do ano. As crônicas registam que ainda no começo do século passado o Salgado corria todo ano até o Icó.

Somente tais notícias de boas terras e dos brejos do Cariri explicam a razão por que algumas sesmarias foram requeridas no riacho dos Porcos, no período de 1687-1689, e mesmo depois, sem que lograssem povoamento ou ao menos a posse mesmo fictícia dos concessionários. Isto consta da informação dada pelo escrivão da Fazenda Real à petição de Bento Correia e Simão Correia solicitando, em 1704, terras do riacho dos Porcos que estavam, como diz aquêle escrivão, «desertas e desaproveitadas, sem rendimento nenhum a Real Corôa». Ora, estas terras ficavam situadas no caminho do vale do Cariri, eram férteis e de águas perenes, portanto, das mais ambicionadas. Possuímos assim um documento inconcusso, insuspeito e expressivo que nos diz autorizadamente que até à penúltima década do século XVII, não existiam povoadores brancos ou seus descendentes no Cariri.

Relativamente à última década (1690 a 1700), podemos, em primeiro lugar, invocar a circunstância importante de que nos registros de sesmarias do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Bahia não consta nenhuma concessão de terras no sul do Ceará, interessando o vale do Cariri.

Com a defecção forçada dos índios dos sertões de Piranhas e das cabeceiras dos riachos pernambucanos afluentes do São Francisco, do Pajeú ao da Brígida, no último quartel do século XVII, tornara-se possível o estabelecimento de algumas estâncias ou currais na região, provavelmente desde o começo da última década ou mesmo um pouco antes. De 1690 a 1695, as tropas de Jorge Velho patrulharam a região de Piranhas, e, antes, que estas se tivessem retirado para combater os Quilombos, chegara ali a bandeira de Teodósio de Oliveira Ledo, que batera e devastara numerosas tribos indígenas. Começara, então, um precário povoamento no alto Piranhas, a leste e ao sul das fronteiras do Ceará, acima da passagem do Umari.



Entretanto, esta primeira tentativa de povoamento fôra frustrada. Depreende-se êste fato da conhecida carta de 1699, do Capitão-Mor da Paraíba, Manuel Soares de Albergaria ao Rei de Portugal, divulgada por Irineu Jófili. Refere êste documento que o Capitão-Mor das Piranhas e Piancó, Teodósio de Oliveira Ledo, informara, em dezembro de 1697, do estado em que se achavam os sertões daquele distrito despovoado pelas invasões que tinha feito o gentio bárbaro Tapuia; e que se tornassem a povoar. Conseqüentemente, aquêles sertões, vizinhos do Ceará, tinham, já em 1697, tido um comêço de povoamento, mas os povoadores não poderam resistir à reação dos índios, justamente rebelados.

Os índios perseguidos, escoraçados das suas terras e escravizados pelos bandos armados vindos do São Francisco ou pelas bandeiras paraibanas e baianas não tardaram a reagir, organizando uma curiosa e admirável confederação de tribos e nações. Esta ação defensiva fôra muito bem combinada e executada, demonstrando que êstes selvagens nordestinos já possuíam boas qualidades políticas, não inferiores às dos Tamóios, senão, talvez superiores. A reação desenvolve-se num vastíssimo campo, sobretudo na Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

No sertão das Piranhas, fôra fácil aos índios a destruição da incipiente colonização, esparsa e longe das zonas de onde poderiam os novéis povoadores receber auxílios. Tornara-se porém árdua e cruel mais ao norte, no Rio Grande, baixo Jaguaribe e litoral do Ceará, inclusive o Açu.

A guerra dos «bárbaros» não podia deixar de abrir um hiato no ritmo de povoamento nordestino.

A reação dos índios, porém, surgia como um excelente pretexto para que fossem definitivamente liquidados a ferro e a fogo e também a traição. Não se pouparam esforços para levar iníqua guerra «justa», destinada à exterminação de uma raça.

Estas tremendas lutas de extermínio, sensivelmente coroadas de êxito, foram, como, era de esperar, mortíferas e demoradas.

As forças que se podiam organizar em Pernambuco ou no Nordeste em geral não bastavam. Foram chamados os paulistas, eméritos sertanistas e ferozes preadores de índios. Matias da Cunha, Governador Geral da Bahia, mandou buscar tropas em São Paulo. Mas estas sômente chegaram ao tempo do seu sucessor, Frei Manuel da Ressurreição, também interessado na pacificação da região convulsionada.

O cabo expedicionário, Matias Cardoso de Almeida, com larga experiência neste mister, organizou o seu bando em 1689, e, mesmo antes de completar o efetivo projetado, marchou para o São Francisco, onde aguardou a chegada do restante da tropa, conduzida por João Amaro Maciel Parente e outros. Daí a expedição foi ao Rio Grande

e uma parte seguiu para o Ceará, indo acampar na foz do rio Jaguaribe, onde levantou o arraial, futura cidade do Aracati. Maciel e o próprio Matias Cardoso fizeram terríveis chacinas no território cearense, deixando da sua passagem tristes lembranças, fixadas em alguns topônimos.

O mais expressivo é o de **Riacho-do-Sangue**, onde o sangue das batalhas desiguais fêz tingir de vermelho as águas do Rio das Pedras que, por êste fatc, passou a ser conhecido com nome que ainda hoje conserva, recordando o bárbaro trucidamento dos nat'vos que se defendiam.

A guerra devastadora, que recrudecera nos últimos anos da penúltima década do século, devia ser terminada com a solicitação de paz formulada em 1692 pelos Tapuias, já muito dizimados, ao Governador Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, que lh'a concedeu, pelas capitulações de 1.º de abril daquele ano. Assinaram o curioso documento, além do Governador Coutinho, Bernardo Vieira Ravasco, Rocha Cardoso, André Cusais, os representantes do chefe indígena Canindé e João Pais Florian, genro putativo do principal dos tapuias, Nhongugê.

Prometiam-se aos índios solenemente a liberdade das suas aldeias e que «nunca em tempo algum possa ser pessoa de qualquer sexo, maior ou menor, escrava nem vendida por qualquer título, motivo, cu ocasião que seja, passada, presente ou futura». Os indígenas concordavam no repovoamento das regiões devastadas. A cláusula 7.ª começava assim: «Que todos os currais que estavam na Capitania do Rio Grande, nas terras que êles pccsuíam até o tempo da guerra, êle, e ditos principais, são contentes que se tornem a povoar».

Apesar disto, porém, as hostilidades não cessaram em tôda parte. Os índios, confiados na paz, tão categoricamente prometida, aproximaram-se com o esforço também confiante de alguns missionários. Entretanto, não tardaram as insídias e perseguições aos pobres selvícolas, mesmo daqueles que estavam sob a proteção imediata dos Padres e do Rei. Nas regiões mais distantes, feriam-se combates sangrentos, a procura de escravos era móvel sério e suficiente para manter a luta mais cu menos disfarçada. Esta situação prolongou-se até o fim do século, quando as autoridades mais esclarecidas conseguiram adotar providências adequadas.

Ainda em 4 de agosto de 1699, feria-se uma tremenda ação, não de guerra, mas de traição inominável, perpetrada pelo cabo paulista Manuel de Moraes Navarro contra os Tapuias cearenses do chefe Jenipapoçu. Armou êste astuoso Navarro uma infame cilada para exterminar aos Tapuias, que acusava de perfídia. Prometera aos índios buscá-los debaixo de toda amizade e pedir-lhe socorro para atacar outros inimigos. Navarro, foi, então, ao encontro de Jeni-

papoaçu com a sua gente já bem instruída no plano indigno. Ao encontrá-lo disse que vinha como amigo e fizera, para disfarçar qualquer suspeita, os seus índios mansos, danças e bailados entre os seus novos amigos do Ceará. Enquanto isso, o paulista preparou a sua infantaria «em boa ordem, como relatou ao Governador, em carta de 25 de agosto, em título de a ver, tocando-lhe caixa, dizendo-lhe ser festejo». Na ocasião azada, o cruel Mestre de Campo ordenou o ataque inopinado aos indefesos Paiacús; morto o Chefe Jenipapoaçu e seu irmão, começou a horrível chacina. Navarra foi processado por esta felonía inominável, e algum tempo depois pôsto em liberdade.

Está claro que durante esta última década do século XVII, o povoamento ao invés de prosseguir, devia estacionar nas zonas menos afetadas pela luta e sofrer graves revezes nas que mais se avizinham das hostilidades.

Todo o este riograndense, do litoral à bacia superior do rio Piranhas, na Paraíba, bem como o vale do Jaguaribe, no Ceará, estiveram convulsionados e, portanto, sujeitos a uma enorme estase no processo do povoamento.

Esta situação explica por que somente ao XVIII século se fizeram as primeiras concessões eficientes de sesmarias no alto rio Salgado, inclusive no vale do Cariri. Desde então, começara ali o povoamento, que não mais devia sofrer apreciável interrupção. Os sertões do alto Piranhas, do Açú, do baixo Jaguaribe repovoaram-se rapidamente, sobretudo depois de 1707, ano em que se fizeram as mais numerosas concessões de sesmarias.

No Ceará, entretanto, os índios fugiam para lugares mais escusos, se abrigavam nas serras menos ambicionadas pelos colonos criadores de gado, ou rendiam-se à discreção dos invasores, senão ficavam em aldeias, sob a proteção dos missionários que lhes angariavam terras e ferramentas para o sustento dos habitantes; alguns índios se fizeram agregados dos fazendeiros, a quem prestavam bons serviços no trato do gado.

Como se depreende facilmente, esta situação não era absolutamente segura para os colonos que, aqui e ali, precisavam erigir casas fortes a fim de enfrentar qualquer ataque dos nativos. Isto, porém, não constituía obstáculos sérios ao desenvolvimento do povoamento, apenas tinha ação moderadora.

O povoamento nem sempre se fazia continuamente, mas com saltos mais ou menos grandes e lacunas deixadas pelos sesmeiros que não conseguiam tomar posse das suas concessões, o que não era raro.

Tal circunstância deu lugar à convergência de novos povoadores para o vale Jaguaribe, vindos ordinariamente do Rio Grande do Norte ou já do litoral cearense, raros da Paraíba e Pernambuco, estes principalmente oriundos de Goiânia.



Por tal motivo compreende-se a razão por que, quando ocorreu o povoamento do Cariri, ainda o do baixo e médio Jaguaribe e o de seus grandes afluentes se processava; tornara-se, assim, simultâneo, no comêço, ou melhor, na primeira metade do século XVIII. Esta circunstância, a princípio mal elucidada, ocasionou certa confusão entre alguns cronistas.

Em 1703, Manuel Rodrigues Ariosa e Manuel Carneiro da Cunha, que já possuam terras por compra no baixo Jaguaribe, obtiveram uma sesmaria de seis léguas «nas cabeceiras do rio Salgado, adonde abita uma ração de gentio de nome cariri», começando da «cachoeira dos cariris» (Missão Velha) pelo riacho acima até entestar com o fim da lagoa dos cariris. Estes sesmeiros eram originários de Goiânia. O segundo não veio povoar a sua concessão, mas Ariosa fê-lo sollicitamente. Chegaram os interessados pouco depois, não do São Francisco, mas do baixo Jaguaribe, onde possuíam bens valiosos. Esta foi a primeira concessão de terras do vale do Bata-teira, isto é, no coração dos Cariris-Novos.

Em 1704, muitos moradores de Goiânia requereram e obtiveram terras no riacho dos Porcos; nesse mesmo tempo, poucos foram os do rio São Francisco que se interessaram pelo Cariri cearense. Sabe-se que ainda com dificuldades sérias procuraram apossar-se de terras no riacho «Podi-mirim» apenas 4 sesmeiros além de outros tantos, oriundos de Pernambuco, membros da família Lara. Da própria capitania do Ceará, demandaram aquelas paragens (riacho dos Porcos) sete sesmeiros e da Paraíba apenas um. Vários destes pioneiros não conseguiram fazer posse, perdendo a concessão; certos requerem novamente as mesmas terras, anteriormente solicitadas, como o Capitão Bento Correia Lima que, impedido pelos Tapuias de povoar as terras da sesmaria obtida em 21 de março de 1703, voltou a requerê-las em janeiro de 1707.

Somente depois de 1714, os colonos alcançaram melhor firmeza na posse das suas terras ali, graças, especialmente, à ação evangelizadora de dedicados missionários. Muito pouco até então se tinha logrado no sentido do povoamento.

Famílias do baixo São Francisco, como a dos Lobatos de Penedo, deram notável incremento ao povoamento do Cariri, depois disto. Os Lobatos adquiriram a maioria das terras do vale e outras nas suas ilhargas bem como no riacho dos Porcos, quer por concessão de sesmarias quer por compra.

O primeiro povoador, Manuel Rodrigues Ariosa, instalou-se no lugar que é agora o sítio São José, (antiga lagoa do Ariosa), entre Juazeiro e Crato; mas, antes de um século, seus descendentes já haviam vendido a diversos as terras herdadas, inclusive ao Capitão Antônio Mendes Lobato.

O companheiro de Ariosa, o Mestre-de-Campo Manuel Carneiro da Cunha, cuja sesmaria se enquadrava de certo ponto abaixo da Cachoeira dos Cariris (Missão Velha) até a lagoa do Aricsa, tomou apenas posse da sua concessão e algum tempo depois passou-a a cutros, inclusive a Antônio Brito Siqueira.

Não há dúvida, pois, que, ao contrário do que pensavam alguns dos nossos historiógrafos, a gente do rio São Francisco que entrou pelas estradas do sul, das Piranhas ou dos sertões pernambucanos, tiveram fraquíssima influência no povoamento inicial do Cariri, em comparação com a dos colonos que, perlongando o vale do Jaguaribe, ali chegaram, quer fossem moradores da própria Capitania, quer oriundos de Pernambuco ou Paraíba ou mesmo do baixo São Francisco, como eram os Lobatos e Montes.

Concorria para isso o penso repovoamento das Piranhas nesse mesmo tempo.

Realmente, no fim do século XVII não podia o povoamento do Cariri operar-se, sobretudo provindo do sul, em vista do desassossêgo consequente das lutas que reinavam na região intermediária, o alto Piranhas e as cabeceiras dos afluentes do grande rio, a leste e ao sul do Cariri.

Era para esta vasta região inóspita que primeiramente fugiam dos índios acossados pelos fazendeiros do São Francisco, ao encalço dos quais seguiam as bandeiras repressoras. A perseguição dos nativos lá, como nas zonas mais vizinhas do litoral, de Paraíba ao Ceará, provocara em seguida aquela notável rebelião dos Tapuias, cuja confederação fizera grande e decisivo mal aos colonos que se tinham estabelecido por aquelas paragens.

Por sua vez, a reação armada dos Governadores da Bahia e Pernambuco e Capitães-Mores da Paraíba e Ceará, ante a desesperada situação daqueles colonos, muitas vezes tomados de justo pânico, deu lugar à guerra dos bárbaros, por irrisão tida geralmente por «justa», até mesmo pelas autoridades eclesiásticas!

Isto aliás era necessário para que os aventureiros da guerra, os paulistas e terços da Bahia e de Pernambuco, podessem fazer escravos com que se pagarem das canseiras, despesas e perigos das grandes caminhadas, da fome e da sede que sofriam e das batalhas nos grandes sertões, agrestes e secos, os quais, mesmo assim, se deviam tomar dos nativos, sem nada lhes dar.

Quando as terras do alto Piranhas e do norte de Pernambuco, nas vizinhanças do Cariri, ou do médio Jaguaribe, puderam ser, com relativa segurança, ocupadas pelos colonizadores brancos, não tardou muito que, também, as dos Cariris-Novos o fôssem, mas, então, havia



na zona intermediária (Piranhas, etc.) muita terra desocupada que cumpria povoar preferencialmente pela gente do São Francisco e paraibanos.

Não se deve, entretanto, confundir, como já se tem feito, o conhecimento das terras ou região do Cariri, através de informações, com o verdadeiro povoamento. As primeiras informações não lograram notável repercussão em vista das lutas e perigos. Depois, dos obstáculos sobrevieram: o repovoamento das Piranhas e a ocupação precoce do sul do Ceará inclusive do Cariri, por gente que descia do norte. Isto parece muito claro.

A gente de armas que antes de 1700 se aproximava do Cariri, sem lhes transpor as raías geralmente, o que somente teria acontecido, raro e eventualmente, e isto mesmo com pouca profundidade nas ilhargas orientais do riacho dos Porcos, colheira, entretanto, informes mais ou menos pormenorizados da região e, certamente, divulgara as impressionantes qualidades e condições das terras tão superiores e diferentes, das que habitualmente encontrava nos sertões de São Francisco e das Piranhas.

As primeiras notícias do vale do Cariri, com os seus magníficos brejos datam seguramente das últimas décadas do XVII século; da parte nuclear, através dos indígenas; da circunvizinhança em grande parte destes, e porventura de elementos das tropas diretamente, mercê de incurções rápidas à vertente oriental do riacho dos Porcos.

Por mais sedutores que fôsem tais informes, as condições de insegurança então verificadas naquela região não permitiam nem aos mais ambiciosos e ousados qualquer apropriação de terras. Limitaram-se os homens de mais prestígio da Paraíba ou São Francisco a uma aventureira solicitação de sesmarias, como se verificou em 1692, quando Francisco Ponce de Leão e mais 4 companheiros requereram 20 léguas, entre o rio das Piranhas e o Jaguaribe, distrito do Ceará-Grande. Doadas em São Salvador, na Bahia pelo Governador Geral, estas terras, situadas no riacho «Podi» (ou dos Porcos), não foram ocupadas ou apossadas. Nas Piranhas já então começava a posse regular de terras. Até mesmo o chefe mais célebre das bandeiras paraibanas, Teodósio de Oliveira Ledo, somente julgou conveniente pedir ali uma sesmaria, depois da pacificação geral, em 1707, a qual lhe foi concedida pelo Governador Geral do Brasil, por alvará de 19 de janeiro daquele ano. Todavia outros aventureiros o precederam no repovoamento da região, mas de poucos anos apenas.

Pacificados ou expulsos os índios, as concessões se multiplicam, tanto na bacia do Piranhas como no Cariri.

Algumas pessoas prestigiosas e sobretudo ambiciosas, da Paraíba, não contentes com o que por lá conseguiam, requereram também terras no Cariri. Entre estas, cumpre referir o esperto Conde Alvor, do Conselho Ultramarino do Reino de Portugal que, pelo seu procurador, obteve muitas concessões com irritantes preferências. Depreende-se da falta de precisão dos requerimentos destes pretendentes a terras no sul do Ceará uma desconcertante ignorância do Cariri, do qual, ao que parece, pouco mais sabiam além da existência dos grandes brejos. De certo não é verdade o que, em geral, alegam nas suas petições a respeito do fato de haverem mandado ali descobrir terras. Isto teria ocorrido quando já Ariosa e o preposto de Carneiro da Cunha se tinham apossado do vale do Batateira, lugar especialmente visado. O Conde Alvor diz ter mandado descobrir no sertão, «nos brejos das fraldas da serra do Araripe, da parte do norte, águas vertentes para o rio Jaguaribe». Pedia e lhe foi concedida, pelo governador da Paraíba, Fernando Ramos Vasconcelos, aos 26 dias do mês de outubro de 1705, três léguas de terra de comprido e uma de largo para «criar seus gados e **bestiadas**.»

Bartolomeu Barbosa Pereira também refere que mandou descobrir terra nos brejos das fraldas da serra do Araripe, na parte do Norte, só povoado dos bárbaros, e pede uma légua em quadro das ditas terras, como heredeiro do Conde Alvor. O seu requerimento é de 25 de outubro de 1705. Ainda o Conde Alvor, agora com outros companheiros, volta em junho do ano seguinte, a pedir mais terras entre as ilhargas do sertão do Jaguaribe e das Piranhas, onde tinham (nas Piranhas, seus gados e criações, no riacho e lagôa do «Podi-mirim». Estes magnatas, sem o saber, solicitavam terras já a outros concedidas.

«O Jaguaribe fica, diz o curioso documento, para a parte do norte de tais terras e as Piranhas para a parte do Sul... As quais terras devolutas e só nelas habitavam gentios de Caicó (?). Parece incrível tamanha ignorância das terras que pretendiam.

Destas observações, um tanto desordenadamente alinhadas, conclui-se logicamente :

1.º) — Que o Cariri cearense somente começou a ser povoado no começo do XVIII século, sobretudo depois de 1707;

2.º) — Que antes já ia bem adiantado o povoamento do baixo Jaguaribe;

3.º) — Que o Cariri não fôra povoado inicialmente por gente vinda de leste ou do sul mas simplesmente por colonizadores que subiram sucessivamente os rios Jaguaribe e Salgado;



4.º) — Que êstes primeiros habitantes brancos do Cariri eram originários do litoral, entre Pernambuco (inclusive Alagoas) e o Ceará, ou então do baixo São Francisco, salvo raras exceções;

5.º) — Que os bandeirantes paulistas, baianos ou pernambucanos não perlustraram o vale do Cariri ao norte da serra do Araripe, mas apenas dele tiveram vagas notícias pelos índios;

6.º) — Que é provavel que elementos das ditas bandeiras ou das tropas de repressão aos indígenas reacionários, tenham penetrado no Ceará eventualmente as incursões apressadas, somente até à bacia do riacho dos Porcos;

7.º) — Que só depois da defecção prática dos índios rebelados, foi possível o início do povoamento do Cariri e de povoamento da bacia das Piranhas e das regiões devastadas do Açú e do médio Jaguaribe;

8.º) — Que o povoamento do Cariri, consequentemente, ocorreu simultaneamente com o repovoamento destas regiões, bem como do vale do Rio Salgado, intensificando-se depois de 1714.